

FAMÍLIA E ESCOLA; CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL SOCIAL DESSAS INSTITUIÇÕES NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Geiliane Aparecida Salles Teixeira

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

geilianesalles@yahoo.com.br

Resumo

O presente texto é parte das reflexões que permeiam a pesquisa¹ do Mestrado em Educação, e tem por objetivo apresentar breves considerações sobre a identidade cultural da família contemporânea, remetendo a uma contextualização histórica da cultura familiar e os tipos constituídos de família. Abordaremos os valores transmitidos pela família e sua função social de educar, considerando discursos de antropólogos, sociólogos e teóricos que conceituam a família e abordam sua identidade cultural transformada ao longo dos séculos, acompanhando as transformações econômicas e sociais.

Palavras chave: **Família. Cultura. Educação.**

Abstract

This text is part of the reflections that permeate the research of Masters in Education, and aims to present brief remarks about the cultural identity of the contemporary family, referring to a historical contextualization of culture and family types consisting of family. We will discuss the values transmitted by the family and its social function to educate, considering discourses of anthropologists, sociologists and theorists who conceptualize the family and discuss their cultural identity changed over the centuries, following the economic and social transformations.

Keywords: **Family. Culture. Education.**

Introdução

Em geral, a família é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, embora variem suas estruturas e funcionamento. A família tem, portanto, grande responsabilidade no processo de socialização da criança. Escola e família são importantes na formação do indivíduo. É participando do grupo que ele aprende a fazer parte da sociedade, que se constitui sua identidade.

A sociedade tem passado por diversas transformações e muitas delas têm refletido no modelo de família considerado “ideal”. Temos visualizado famílias em condições precárias para realizar a socialização primária, papel que lhe compete na

¹ A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLAR DE ESTUDANTES DE 11 A 14 ANOS. Pesquisa em andamento.

sociedade. Assim, é possível perceber que a família tem grande influência sobre o desenvolvimento do indivíduo e sua participação na inserção do mesmo na sociedade, é essencial. As transformações sociais exigem uma maior interação entre a família e a escola, que devem assumir seus papéis enquanto instituições, considerando a sociedade atual e não apenas buscando o modelo ideal de socialização que está cada dia mais extinto.

A escola enquanto instituição contemporânea e seu papel social

Atualmente muito se tem discutido sobre as mudanças ocorridas no âmbito escolar. À medida que a sociedade foi se transformando, foram se alterando também as realidades ligadas a educação na escola. Compreender todo esse processo torna-se cada dia mais difícil, considerando a velocidade em que as mudanças se apresentam, porém necessário.

Corroborando com esta ideia, Gallo (2008, p. 15), se referindo aos que se dedicam a educação:

[...] Ou deciframos o enigma que o monstro nos coloca ou somos devorados por ele. No processo educativo, ser devorado é passar a fazer parte do sistema educacional vigente, tornar-se mais uma engrenagem dessa máquina social, reproduzindo-a a todo instante em nossos fazeres cotidianos. A condição de não ser mais uma engrenagem é sermos capazes de decifrar os enigmas que a crise na educação nos apresenta, conseguindo superar esse momento de rupturas.

A educação tem emergido nos discursos políticos acompanhando as transformações sociais, sinalizando a necessidade de mudanças no contexto escolar. O que se espera, é que a educação acompanhe as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais do mundo globalizado, que exige um homem participativo, capaz de transformar e ser transformado no contexto das relações sociais. Gallo (2008, p. 16) lembra, portanto, que essa postura não é adquirida apenas na escola. O autor acredita que a postura transformadora também é adquirida na família e nas diversas instituições sociais das quais a criança participa. O contato com diversas realidades a levam a assumir determinadas posturas, formando seu caráter e personalidade. Tais afirmações nos permitem reflexões acerca do verdadeiro papel da escola na sociedade, considerando que atualmente, muitas discussões permeiam as relações entre escola e família sobre a função do educar.

A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Para tanto, deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender sempre mais. Gallo (2008, p. 20), afirma que:

[...] conhecer é dominar. O processo histórico de construção das ciências modernas agiu através da divisão do mundo em fragmentos cada vez

menores, de forma a poder conhecê-los e dominá-los. No desejo humano de conhecer o mundo está embutido seu desejo secreto de dominar o mundo.

Refletindo sobre as colocações do autor, percebemos que historicamente a educação sempre foi permeada pelo desejo de controle. A escola não surgiu pela necessidade da maioria, mas para atender os desejos de poucos, que precisavam fortalecer as formas de dominação. É passível de reflexão, a noção da escola, ao se considerar que em qualquer espaço social pode se ter acesso ao conhecimento. Dessa forma, a escola que aparentemente oferece educação globalizada, ao deixar de possibilitar saberes diferentes aos interesses particulares, condizentes com as exigências contemporâneas, pode não mais atender aos anseios da sociedade.

Frigotto (1999, p. 26), corrobora com nossa discussão ao colocar que:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital.

Assim, o que se entende é que muitos desafios têm se apresentado à instituição escola, que a cada dia dificultam a esta o cumprimento de sua função social, pois necessita disponibilizar tempo e espaço para adequar-se às transformações da sociedade contemporânea. A escola tem proporcionado uma educação formal, atendendo ao desejo capitalista de preparar o cidadão para o mercado de trabalho. É um complemento à educação que se recebe da família. Giddens (2005, p. 396), salienta que na era moderna, a educação e as qualificações são um trampolim para oportunidades de emprego e carreiras. As escolas e as universidades desempenham atualmente o papel de preparar novas gerações de cidadãos.

Gallo (2008, p. 33) complementa a ideia do papel da escola na sociedade contemporânea ao expor:

Não podemos, porém, perder de nosso horizonte que a utopia que nos guia é algo bem maior: a criação de uma concepção de saber que vislumbre a multiplicidade sem a fragmentação; um currículo e uma escola na qual as crianças possam aprender sobre o mundo em que vivem, um mundo múltiplo e cheio de surpresas, e possam dominar as diferentes ferramentas que permitam seu acesso aos saberes possibilitados por esse mundo, e possam aprender a relacionar-se com os outros e com o mundo em liberdade.

Para assumir sua forma atual, a escola passou por um processo histórico e sua constituição, muito reflete da revolução industrial, no final do século XIX. Mesmo exercendo papel importante na sociedade, a escola apresenta ações limitadas diante da sociedade baseada nas relações de poder.

A família na contemporaneidade

Atualmente a família se apresenta na sociedade com inúmeras modificações que foram se estabelecendo ao longo da história. A partir da Constituição Federal de 1988, passou-se a ter uma visão diferenciada da família. Ao entrar em vigor, a Constituição estabeleceu a igualdade entre homem e mulher e o conceito de família integram a proteção de todos os seus integrantes.

Os lares monoparentais tornaram-se muito comuns nas últimas três décadas e a maioria é encabeçado por mulheres. O lar monoparental é diversificado, sendo constituído muitas vezes por mães viúvas. Entretanto, mais da metade destas, são proprietárias do imóvel, enquanto as mães solteiras que nunca se casaram vivem em imóveis alugados. Mas cabe ressaltar que 60% desses lares surgem atualmente com separação ou divórcio. (GIDDENS, 2005, p. 157-158).

A família contemporânea se pluralizou, não se restringe mais a modelos de famílias nucleares, são famílias recompostas, homoafetivas e mais um inúmero de denominações. Ao pensarmos em família, nos vem à mente o modelo convencional, um homem e uma mulher unidos pelo casamento e cercados de filhos. O que tem identificado a família na atualidade não são o casamento, nem a diferença de sexo do par ou ainda o envolvimento de caráter sexual. Sob o caráter da juridicidade, o elemento distintivo é a presença de um vínculo afetivo a unir as pessoas com identidade de projetos de vida e propósitos comuns, gerando comprometimento mútuo.

Na última década surgiu uma corrente sociológica sobre a família com base nas perspectivas feministas, mas não se restringindo somente às mulheres. Uma das principais preocupações são as transformações que estão ocorrendo nos perfis familiares. As famílias vivenciam expectativas diferentes em seus lares e nas relações pessoais dos indivíduos.

As famílias em questão estão desenvolvendo tipos de relações familiares que são adições recentes às sociedades ocidentais modernas. Os membros dessas famílias estão desenvolvendo suas próprias formas de ajustar-se às circunstâncias relativamente inexploradas em que se encontram. As transformações são intensas e talvez o mais apropriado seja dizer que mesmo com divórcios, as famílias não se desfazem, sobretudo quando há filhos envolvidos, pois os laços permanecem.

As transformações sociais que modificaram as formas prévias de casamento e de ordenação familiar são, em sua maioria, irreversíveis. Dificilmente poderemos ver mulheres optando por abandonarem seu trabalho para voltarem à vida doméstica, as parcerias sexuais e o casamento provavelmente não voltarão a ser como antes. Mas a realidade social e o sistema jurídico nem sempre caminham juntos. Nas últimas décadas, as transformações sociais atingiram diretamente o núcleo familiar e originaram novas concepções de família, que não são mais equiparadas à tradicional família patriarcal. A busca pela realização pessoal tem diminuído o número de componentes familiares e conseqüentemente, há uma redução no tempo que os pais deveriam disponibilizar aos filhos.

A família vem sofrendo influências do contexto político, econômico e cultural da sociedade na qual está inserida. Os valores vão se redefinindo e muitas vezes já não se sabe quem dita às regras dentro dos lares. Estão se constituindo novas identidades e muitas vezes o indivíduo não se dá conta dos aspectos culturais, sociais no qual está imerso, tornando-se um sujeito alienado.

A importância da família como instituição pautada nos vínculos familiares está reduzindo diariamente. A família moderna é constantemente desafiada por limites imprecisos, por aspirações de consumo, devendo reconquistar, a cada dia, as razões para conviver, a consciência do bem que os membros da família têm em comum, dos bens relacionais cujo valor perdura no tempo.

Muitos fatores externos à família entram em jogo para redefinir os valores e os critérios, os modelos de comportamento de cada membro. Influência significativa é exercida pela escola, pelo ambiente de trabalho, por outras instâncias formativas como associações e comunidades religiosas que podem introduzir no diálogo familiar elementos de discussão e até de conflito.

Verifica-se uma intensidade maior de dedicação e de investimento de recursos, especialmente com relação à saúde e à educação. Estes comportamentos estão associados ao número menor de filhos que o casal está disposto a criar, de acordo com um planejamento mais ou menos rigoroso. Neste caso, observa-se certa diversidade de orientação e de comportamento em função da classe social, da renda familiar e da escolaridade dos pais.

Estes novos valores e exigências resultam em uma diminuição do contato entre pais e filhos em proporções extremadas. Antes o jovem internalizava uma diretriz de conduta, enquanto hoje, com o distanciamento dos pais, a função de transmitir valores fica, direta ou indiretamente, conferida à mídia e, de forma menos intensa e presente, às escolas.

Segundo Corrêa (2000, p. 130),

Pai e mãe sentem-se esmaecidos, confusos, ambivalentes quanto aos seus papéis e quanto aos valores a serem transmitidos aos filhos. A exposição a que estamos submetidos pela avalanche das transformações sociais, culturais e econômicas acaba por alterar os códigos e valores que são usados na formulação que possamos fazer de nós mesmos e da família.

A família é uma instituição que desempenhava funções variadas. A ideia de função remete ao significado de cumprir algo, desempenhar um dever ou tarefa e dessa forma, a família tem por obrigação cumprir algumas ações que lhe compete. Uma das principais tarefas da família é preparar a criança para ser inserida na sociedade, através da herança de valores estabelecidos na família como cultura, afetividade, religião e educação. O artigo 226 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “a família é a base da sociedade”.

Entretanto a família tem condições muito precárias para realizar a socialização primária e, cada vez menos, o faz devidamente. Santos (2009, p. 167), em suas considerações sobre a obra Processos Civilizadores de Norbert Elias, acrescenta que “os pais mantêm pouco contato com seus filhos e os momentos de diálogo e refeições em comum são poucos, o que desfavorece a transmissão de conhecimentos elementares de civilidade”. A família, na maioria das vezes, reconhece suas dificuldades em cumprir o papel de socialização primária e remete grande parte desta responsabilidade para a escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aponta em seu artigo 1º:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Assim, compreendemos que os primeiros passos para formação do indivíduo deveriam acontecer no âmbito familiar. A família é um agente educador cuja função é transmitir a herança cultural e social durante os primeiros anos de vida, preparando a criança para seu ingresso na sociedade. Além disso, tem a função social de proporcionar a conquista de diferentes status, como o étnico, o nacional, o religioso, o residencial, o de classe, o político e o educacional. (BRYM, 2006, p. 109). As funções subsidiárias de acordo com alguns autores incluem a função de zelar pelos aspectos religiosos, jurídico, político e recreativo, que são necessários à formação do indivíduo. É também função da família proteger os interesses familiares contra estranhos. Em algumas sociedades a família apoia os seus componentes, independente de serem ou não culpados.

Nas últimas décadas, as transformações sociais atingiram diretamente o núcleo familiar e originaram novas concepções de família, que não são mais equiparadas à tradicional família patriarcal. A busca pela realização pessoal tem diminuído o número de componentes familiares e conseqüentemente, há uma redução no tempo que os pais deveriam disponibilizar aos filhos.

A convivência familiar ganhou formas democráticas e as tarefas são partilhadas de maneira igualitária. Atualmente a família investe mais em saúde e educação e embora tenha sempre se apresentado como ponto de encontro de diferentes gerações, o que observamos atualmente é que as divergências entre estas aumentaram. Novas gerações por não concordarem com ideais constituídos por gerações anteriores, se afastam da família, provocando um clima de conflito relacionado a aspectos como valores a serem respeitados e critérios para discernir entre o certo e o errado.

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2011, p. 7).

As transformações sociais que modificaram as formas prévias de casamento e de ordenação familiar são, em sua maioria, irreversíveis. Dificilmente poderemos ver mulheres optando por abandonarem seu trabalho para voltarem à vida doméstica, as parcerias sexuais e o casamento provavelmente não voltarão a ser como antes.

Stuart Hall (2011) corrobora com esse pensamento ao citar que:

A chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Cabe ressaltar, que a identidade cultural dos sujeitos vai se transformando de acordo com o contexto social no qual os mesmos encontram-se inseridos. Dessa forma, constata-se que o ambiente familiar pode influenciar e muito na construção da identidade cultural que conseqüentemente influenciará na educação desses sujeitos, podendo ser uma influência positiva ou negativa de acordo com os valores adquiridos por este no âmbito familiar.

CONSIDERAÇÕES

É oportuno dizer que este texto apresenta apenas um resumo das discussões que permeiam a dissertação em elaboração. Temos ainda um longo caminho a trilhar, onde muitas discussões serão realizadas, dentre as quais, destacamos a relação família/escola e as dificuldades que estas instituições têm encontrado para desempenharem seus papéis sociais.

A princípio, o que temos a considerar diante de nossas leituras, é que a estrutura familiar encontra-se abalada diante de tantas mudanças na sociedade contemporânea, que incluem também os valores institucionais da família. A falta de

diálogo e interação determina o papel principal da família, oferecer valores ao indivíduo para que o mesmo viva em sociedade.

Conclui-se assim, que a identidade cultural da família, permanecerá mutável, enquanto houver mudanças na estrutura social e econômica da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1973). Temas básicos de sociologia. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix.

Ariès, P. (1978). A história social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRYM, Robert [et al]. Sociologia: Sua bússola para um novo mundo - Família e Sistema de Parentesco. São Paulo, Thomson Learning, 2006. Cap. 5, p. 106.

CORRÊA, A. I. G. (2000). O adolescente e seus pais. In: Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões: O Adolescente e a Modernidade. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

DUARTE, Luiz Fernando D. (1995) "Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família", in: RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara T. (orgs.) Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira, Rio de Janeiro: Edições Loyola, pp. 27-41.

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. 3.ed. São Paulo: Cortez,1999.

GALLO, Silvio; Transversalidade e educação: pensando uma educação não disciplinar. In: O sentido da Escola. ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (orgs.)

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Trad. Sandra Regina Netz. 4ª ed. Porto Alegre. Artmed, 2005, p. 151.

GIDDENS, Anthony. 1990, p. 37-38 apud HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2011. p. 15.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2011.

KALOUSTIAN, S. M. *Família brasileira: a base de tudo*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral*. 7ª ed. São Paulo, 1999.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; *Educação escolar: políticas estrutura e organização*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação)

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 5ª edição

OLIVEIRA, José Lamartine Correa de; MUNIZ, Francisco José Ferreira Muniz. *Curso de direito de família*. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

SANTOS, Reinaldo dos. *Família e escola no processo contemporâneo de socialização primária: Reflexão sociológica sobre representações e expectativas institucionais*. In: *Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias*. / Jones Dari Goettert, Magda Sarat (Orgs.). Dourados, MS. Editora da UFGD, 2009, p. 156-167.